



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SOURE  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE  
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO

VANILCE GOMES DA SILVA

**ETNOMANEJO DE AÇAÍZAL NATIVO COMO FERRAMENTA DE  
ORGANIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ, NA  
COMUNIDADE EXTRATIVISTA BOM JESUS, RESEX MAPUÁ, BREVES, PARÁ**

**SOURE-PA**  
Novembro, 2021

VANILCE GOMES DA SILVA

**ETNOMANEJO DE AÇAÍZAL NATIVO COMO FERRAMENTA DE  
ORGANIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ, NA  
COMUNIDADE EXTRATIVISTA BOM JESUS, RESEX MAPUÁ, BREVES, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção dos graus de licenciado (a) e Bacharel em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carla Giovana Souza Rocha

**SOURE-PA**  
Novembro, 2021

VANILCE GOMES DA SILVA

**ETNOMANEJO DE AÇAÍZAL NATIVO COMO FERRAMENTA DE  
ORGANIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ, NA  
COMUNIDADE EXTRATIVISTA BOM JESUS, RESEX MAPUÁ, BREVES, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado (a) e Bacharel em Etnodesenvolvimento pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carla Giovana Souza Rocha

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Carla Giovana Souza Rocha (orientadora)- Fac. de Etnodiversidade

---

Profa. MSc. Ana Débora da Silva Lopes (externa)

---

Profa. Dra. Francilene Aguiar Parente- Fac. de Etnodiversidade

---

Profa. Dra. Maristela Marques da Silva- Fac. de Eng. Agrônômica

## **Dedicatória**

À família e amigos

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer à Deus pela oportunidade; por ter me sustentado de pé nos momentos mais difíceis dos quatro anos de curso e pela vida concedida.

Agradeço a minha família, que sempre me apoiaram e cuidaram do meu filho com amor e carinho. À minha sogra Cândida Lobato, que em nenhum momento hesitou em cuidar do meu filho em quanto lutava arduamente para chegar até aqui. Em especial ao meu esposo, Genilton Rodrigues, por ter sido meu conselheiro, por ter me incentivado e me apoiado a lutar por meus ideais.

Agradeço a minha pertença Extrativista, de uma forma toda especial, por ter me permitido representá-la no meio acadêmico. A todos os membros da Comunidade Bom Jesus, da qual faço parte. Aos meus interlocutores pelas informações concedidas durante os TC (Tempo de Comunidade), que foram a base para a construção deste Plano de Ação: Aldalice, Admilson, Dionorte, Genilton, Antônio (Galo), Edimeire Sá, Edilon, Tailson, Raimundo Cássio, Geraldo, Aderson, Jardinete, Oneide, George, Edson, Alisson e Manoel Antônio.

Agradeço a Escola Comunitária Casa Familiar Rural pelo modelo de ensino que propõe, da qual fui aluna por três anos e hoje faço parte do quadro de funcionários.

Agradeço minha orientadora Carla Rocha por ter aceitado tamanho desafio de me orientar. Obrigada pela atenção e dedicação, pelas vezes que me fez refletir o trabalho.

Agradeço aos meus amigos, pelos quais tenho maior carinho, respeito e admiração. Pessoas maravilhosas que estarão guardados em meu coração: Jéssica Garcia, Rosimar, Ana Laíde, Dayane, Evandro, Carmem, Gilfran, Benaion e Adriano; a todos os colegas de turma pelas ricas experiências ao longo do curso. Muito grata a essas pessoas maravilhosas pela amizade, respeito, experiências e vivências compartilhadas ao longo do curso: Alberis Gomes e Jagilton Rodrigues.

Agradeço aos meus professores: Eliane Faria, Francilene Parente, Débora Lopes, Gustavo Moura, Reinaldo Marchesi e Bianca Araújo e a todos os colaboradores e pensadores da Faculdade de Etnodiversidade do curso de Etnodesenvolvimento, onde tive a oportunidade e satisfação de aprender e compartilhar diversos aprendizados. Agradeço pela compreensão e carinho de todos. Serei eternamente grata por toda luta e esforço. Cada um deixou sua parcela de contribuição para mim e para a turma.

A todos, minha gratidão!

## **Resumo**

O presente trabalho realizado na comunidade Bom Jesus do arquipélago paraense do Marajó tem como perspectiva traçar um plano de ação comunitário que estabeleça estratégias voltadas para o extrativismo do açaí, com base na ideia de etnodesenvolvimento. As várias vertentes que englobam os desafios que caracterizam a realidade dos povos ribeirinhos, evidenciam-se e dão “matéria prima” suficiente, além de dimensionar o quão grande é a demanda, bem como a necessidade de se tratar de um assunto ainda pouco evidenciado na literatura, de quem está inserido ao meio e que vive diariamente as agruras de não se ter políticas eficazes que propiciem aos habitantes, condições para produzir e escoar o que se colhe. Dentro dessa problemática estão inseridas inúmeras prerrogativas, quais serão evidenciadas ao longo desse trabalho, bem como possíveis soluções que contribuirão para um desenvolvimento sustentável com qualidade via práticas de manejo dos açaizais.

**Palavras-chave:** Diversidade; Sustentabilidade; Desenvolvimento Econômico; Etnomanejo.

## **Abstract**

The present work, carried out in the Bom Jesus community of the Marajó archipelago of Pará, has the perspective of devising a community action plan that establishes strategies aimed at extracting açai, based on the idea of ethnodevelopment. The various aspects that encompass the challenges that characterize the reality of riparian peoples are evident and provide enough "raw material", in addition to measuring how large the demand is, as well as the need to deal with a subject that is still little evidenced in the literature, of those who are inserted in the environment and who live daily the hardships of not having effective policies that provide the inhabitants with conditions to produce and sell what is harvested. Within this issue, numerous prerogatives are included, which will be highlighted throughout this work, as well as possible solutions that will contribute to a sustainable development with quality through management practices of açai groves.

**Keywords:** Diversity; Sustainability; Economic development; Ethnomangement.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....   | 9  |
| 2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BREVES ..... | 15 |
| 3. A RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ.....                       | 18 |
| 4 A COMUNIDADE BOM JESUS .....                             | 20 |
| 4.1 O SISTEMA AGROEXTRAVISTA DA COMUNIDADE .....           | 22 |
| 5. JUSTIFICATIVA.....                                      | 27 |
| 6. OBJETIVOS .....   | 30 |
| 7. METAS .....   | 30 |
| 8. METODOLOGIA .....                                       | 30 |
| 8.1 MANEJO DO AÇAIZAL .....                                | 31 |
| 8.2 REUNIÕES DE PLANEJAMENTO .....                         | 33 |
| 8.3 REUNIÕES SOBRE PRÁTICAS E SABERES .....                | 34 |
| 9. CRONOGRAMA.....   | 36 |
| 10. RECURSOS NECESSÁRIOS E FONTES.....                     | 36 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                  | 37 |
| REFERÊNCIAS .....  | 38 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Ação foi elaborado a partir das demandas da comunidade extrativista Bom Jesus, localizada na Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves, arquipélago do Marajó, estado do Pará. É parte dos dados obtidos nos Tempos Comunidades (TC) do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento vinculado à Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira, turma flexibilizada para o Campus Universitário de Soure.

As atividades curriculares do curso são norteadas a partir da pedagogia da alternância, sendo realizadas em regime intervalar e intensivo, alternando o Tempo Universidade (TU), com períodos letivos presenciais em sala de aula na UFPA e o Tempo Comunidade (TC), com atividades desenvolvidas na comunidade de pertença dos acadêmicos (SILVA, 2016). Os conhecimentos tradicionais são dialogados no TU, os quais são levantados a partir de relatos de experiências dos próprios discentes e de dados gerados nas pesquisas do TC, seguindo por eixos temáticos conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso - PPC (2008).

Durante os TC's, para a produção e reflexão de novos saberes coletivos e individuais sobre o grupo de pertença, realizou-se seis pesquisas de campo para levantamento de informações quantitativas e qualitativas. A metodologia de pesquisa partiu de perguntas norteadoras elaboradas pelos docentes do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, as quais foram direcionadas às pessoas do coletivo de pertença constituído por lideranças locais, crianças, jovens, mulheres e idosos, considerando que tais categorias, historicamente, possuem diversas violações e restrições de participação e valorização na sociedade. As histórias locais, por exemplo, são contadas por excelência pelos idosos.

A definição do tema do Plano de Ação surgiu em uma reunião com os comunitários, sendo que o objetivo foi de pensar soluções para o que a comunidade considere como prioridade, para mitigar o que pode ser ameaça ao seu modo de vida. A partir das demandas levantadas pelo grupo de pertença, buscou-se construir coletivamente uma proposta de Plano de Ação.

Dentre os possíveis temas para o plano de ação estavam: questões relacionadas à educação, às plantas medicinais, à poluição dos rios e à valorização da comercialização do açaí. A escolha do coletivo foi referente ao manejo do açaizal nativo para que a produção seja valorizada. A decisão por esse tema não foi unânime, mas, definido pelo maior número de

pessoas envolvidas, tendo em vista que as demais temáticas propostas também necessitam ser pensadas e trabalhadas para o fortalecimento da cultura e bem viver de todos.

Uma das experiências exitosas vivenciadas dentro do espaço acadêmico, que vale dar destaque, diz respeito às disciplinas de Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia, Projetos e Alternativas de Sustentabilidade na Amazônia e Cidadania Socioambiental e Qualidade de Vida. As referências bibliográficas apresentadas, os debates feitos em sala de aula e as atividades de pesquisa oportunizaram desenvolver-se uma compreensão do ponto de vista teórico sobre os diferentes conceitos de desenvolvimento, seguindo a lógica do capital ou das comunidades camponesas, uma vez que o discurso sobre esse desenvolvimento diz muito sobre qual ideologia seguimos e de qual lado do desenvolvimento estamos. Para os habitantes de comunidades indígenas e tradicionais, esse entendimento é fundamental na hora da tomada de decisões, principalmente quando se tem a responsabilidade de se representar coletivamente as propostas de desenvolvimento governamentais e empresariais.

Por fim, também se utilizou como método de investigação a pesquisa-ação, que tem como característica a participação dos sujeitos que estão envolvidos no processo de pesquisa, cabendo-lhes os dois papéis, de pesquisador e participante. Segundo Franco (2005), para essa metodologia de pesquisa é importante sinalizar a necessidade dialógica de consciência entre as diferentes técnicas usadas, e os resultados que se almeja alcançar. Sobre esse método, a autora cita que:

A pesquisa - ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação dos pesquisados: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem no processo. Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganiza a sua auto concepção de sujeitos históricos (FRANCO, 2005, p.486).

Os territórios tradicionais, constituídos a milhares de anos por nossos ancestrais indígenas e em seguida pelos negros escravizados trazidos pelos portugueses invasores a cinco séculos, originou a descendência e a ancestralidade reconhecidas hoje por povos originários e povos tradicionais. Partindo da ancestralidade, herdou-se uma linguagem própria, um território, um povo e culturas milenares. Esta era, e é, a casa comum. Com os saberes, repassados de geração em geração, continua-se conservando, construindo e reconstruindo este território.

Etnodesenvolvendo-o a partir do avanço dos conhecimentos e saberes tradicionais: na pesca, na agricultura, no extrativismo, na conservação dos meios naturais, nas culinárias, nas manifestações religiosas, na arte, nas técnicas, no manejo, no cultivo, na linguagem, na agricultura, na memória, nas festividades, no lazer, nos jogos, na medicina tradicional, nas bebidas, na leitura dos astros como guia natural, no conhecimento das florestas, nos rios e mares, no conhecimento dos biomas, espécies de peixes, aves e caças, etc. Assim, nossa cosmovisão (respeito aos tabus, as normas/regras estabelecidas com seres encantados das águas, dos rios, do mar, das matas, dos mangues, da terra e do espaço), ao longo de cada ciclo, abrindo caminhos para novas perspectivas em relação à conservação do território tradicional e da nossa promoção social.

Atualmente estas pluralidades encontram-se estabelecidas pelo decreto 6040/07 (BRASIL, 2007), que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definido no Art. 3º que dispõe dos seguintes objetivos:

- I - Garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II - Solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- III - Implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
- IV - Garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimento.

### 1.1 Etnodesenvolvimento: Conceitualização

As primeiras discussões sobre Etnodesenvolvimento surgiram no debate latino-americano, mais consistente em 1981, na cidade de San José da Costa Rica, em uma reunião de especialista em Etnodesenvolvimento e etnocídio na América Latina (MEDEIROS, 2011, p. 166). Nessa perspectiva, o conceito de Etnodesenvolvimento, para Verdum (2006, p.73):

[...] se propõe ser uma alternativa tanto às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas - que tomavam as “sociedades indígenas” e as “comunidades tradicionais” em geral como obstáculo ao “desenvolvimento”, à “modernização” e ao “progresso” – quanto as tendências indigenistas que no contexto mexicano se auto-identificavam com o rótulo de “indigenismo participativo”.

Ainda em se tratando da integralidade entre a tradicionalidade e seus conhecimentos, em detrimento das necessidades oriundas das comunidades locais, segundo Stavenhagen (1984) *apud* Azanha (2002, p. 31):

Objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal a uma ação integral de bases, com atividades mais participativa.

O conceito de etnodesenvolvimento é uma noção operacional de disputa pelo modelo de desenvolvimento. A ideia do termo marca a valorização dos povos e comunidades tradicionais para o reconhecimento e a apropriação dos territórios, recursos naturais e por instâncias sociais (repartições públicas), possibilitando, assim, impor barreiras ao processo de desenvolvimento calcado na concepção capitalista de acúmulo de riqueza e poder.

Como ameaças, os grandes empreendimentos estabelecidos para Amazônia com a ideia de desenvolvimento, desconsideram os territórios de uso coletivo como de fundamental importância para os povos e comunidades tradicionais, desrespeitam seus modos de uso, a soberania alimentar, os conhecimentos tradicionais, os recursos existentes, que garantem a permanência e existência destes povos. Ações de agentes externos que atuam como atravessadores e ou marreteiros no fluxo da comercialização dos produtos nos períodos de safras, exerce o papel de “patrão”; propõe preço bem abaixo do mercado ou estabelece o sistema de aviamento de gêneros alimentícios na base da troca ou compra dos produtos alocados.

Nossos povos tradicionais têm, em diversas leis, uma grande potencialidade de empoderamento, dentre essas:

- a. O decreto 6040/2007;
- b. Constituição Federal de 1988, art. 205, 206, 208, 210;
- c. Convenção 169/89, art. 26, 28, 29, 30, 31;
- d. Declaração Mundial de Educação para Todos/90, art. 1º ao 6º;
- e. LDB, art. 1º, 3º, 4º, 5º, §3º, 5º; 12, VI, 14, II; 32, §5º.

São leis que servem como vertente na elaboração de documentos e campanha de mobilização em defesa dos territórios tradicionalmente reconhecidos pelos povos e comunidades tradicionais, como garantia da soberania alimentar e continuidade das atividades pelas atuais e futuras gerações.

A criação e reorganização dos órgãos de representações das categorias sociais agem no intuito de interagir na comercialização de produtos de seus associados; mobilizar e incentivar a criação de hortas comunitárias ou individual de plantas medicinais, oficinas de remédios caseiros destinados ao preparo e distribuição de fórmulas tradicionais e mudas de plantas por

peças que utilizam estes elementos na promoção da saúde e do bem-estar das famílias que compõem as comunidades tradicionais.

Se o atual modelo de desenvolvimento sustentável consolida as políticas do capital internacional e o agronegócio, o Etnodesenvolvimento, nesta perspectiva, torna-se um marco de combate às desigualdades sociais, culturais e econômicas; discriminações e violências, e está no contraponto a este modelo capitalista de desenvolvimento. Segundo Carneiro (2010) pontua:

Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos a prevalência de uma concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros e por consequência a naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de uma humanidade incompleta torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos.

Por fim, busca-se verificar, diante de um país multicultural como é o caso do Brasil, que já possui proteção constitucional a estas diversidades, especialmente no que se refere aos povos e comunidades tradicionais, o etnodesenvolvimento, dentro do conceito a ser adotado, se esse é capaz de proporcionar o nosso modelo tradicional de sustentabilidade.

## 1.2 Contextualizando o Plano de Ação

O presente Plano de Ação será desenvolvido na comunidade Bom Jesus da Reserva Extrativista Mapuá, que está localizada à margem direita do rio Mapuá, município de Breves, Pará, a aproximadamente nove horas de navegação por barco motorizado da sede do município. Nesta moram aproximadamente 80 (oitenta) famílias em área regional de patrimônio da União.

Na década de 1980 a principal atividade produtiva das famílias era a extração do látex, extração de madeira em pequena escala, porque os comunitários dedicavam-se aos seringais e cultivo de roças. Atualmente são as extrações de madeira, palmito e açaí, sendo realizadas de acordo com o plano de uso da RESEX - Mapuá. A produção do açaí se divide em dois períodos: safra e entressafra. A farinha é o ano todo, sendo estes alimentos indispensáveis para os extrativistas e a moeda de troca, “movimentados em meio as famílias e regatões”. Na safra a produção é em grande escala com capacidade de escoamento de cerca de 50 latas ao dia por unidade familiar.

O plano de ação visa resolver o problema representados pelos atravessadores (comerciantes que trocam o açaí pelo café, açúcar, congelados e enlatados), que lucram com a mão de obra das famílias. Busca-se trabalhar a coletividade para melhoria da comercialização

e negociação do açaí, pois é o atravessador que dá preço ao açaí. Dessa forma, a economia local tem sido desfavoravelmente afetada.

Desse modo, fortalecemos o mercado capitalista e ficamos vulneráveis economicamente e socialmente, pois o que poderia ficar nas mãos dos produtores, sendo estes os atores principais, fica nas mãos dos capitalistas que há décadas tem ganhado grande influência utilizando-se de nossas riquezas e força de trabalho.

Pensando em todas essas questões já mencionadas, lutamos para legitimar o que realmente nos pertence de direito, como forma de cessar essas “invisibilidades” econômicas que roubam a dignidade de vivermos bem em nossos territórios. A criação da Cooperativa dos Agroextrativistas da RESEX Mapuá (COAMA), em 2016, vem com o objetivo de banir tamanha injustiça vivenciada ao longo de anos. Desse modo, já há respostas positivas para a comunidade comprando uma parte significativa da produção do açaí, pagando a mais do que estava sendo ofertado pelos atravessadores.

Como bem conceitua Queiroz e Mochiutti (2001) “O manejo não altera a diversidade florestal do açaizal e sim aumenta em até cinco vezes a produção de frutos e rendimento dos produtores e necessita de baixo investimento para sua implementação”.

Segundo preconiza as técnicas para manejo de mínimo impacto deve-se realizar práticas que diminuam a competição entre as espécies. Em um hectare deve se ter cerca de 400 touceiras. Cada touceira de açaí deve ter em torno de cinco estipes adultos, cinquenta palmeiras de outras espécies, sendo vinte adultas e trinta jovens e duzentas árvores folhosas, dessas quarenta deve ser grossas (mais de 45 cm de diâmetro a altura do peito) e cento e vinte devem ser finas (QUEIROZ e MOCHIUTTI, 2001; MOCHIUTTI et al., 2000). Realizando todas as etapas do manejo há a possibilidade da melhoria na qualidade e rendimento da polpa do fruto, com uma alteração pequena da biodiversidade (BATISTA, 2013).

O plano de ação sobre o manejo de açaizal nativo na comunidade Bom Jesus proporcionará refletir com as famílias como é importante trabalhar a preservação do açaizal e do meio ambiente como um todo para que as atividades sejam executadas de maneira sustentável, mas, reconhecendo que existem contradições entre os conhecimentos técnicos baseados na lógica desenvolvimentista e os conhecimentos norteados pelas lógicas camponesas que não necessariamente está pautada na perspectiva produtivista, pois, as práticas são estabelecidas na relação com a natureza e em conformidade com as experiências, conhecimentos e objetivos familiares. Cabendo ao camponês decidir sobre as melhores práticas e a adoção ou não em seus agroecossistemas das técnicas recomendadas pelos pesquisadores.

Assim sendo, o plano de ação leva a buscarem estratégias de acesso aos mercados que os possibilite a comercialização da produção do açaí por um preço mais justo, de modo que o extrativista possa ser reconhecido como um importante ator nesse processo de expansão da produção e usufruir dos ganhos advindos da mesma.

## 2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BREVES

O município de Breves teve sua origem no período colonial, quando os irmãos portugueses Manoel Maria Fernandes Breves e Ângelo Fernandes Breves se estabeleceram na denominada “Missão das Bocas”, concedida a eles pelo capitão general João de Abreu Castelo Branco através de uma “Sesmaria” que foi confirmada pelo rei de Portugal, a 30 de março de 1940. O referido município foi criado pela resolução nº 200 de 25 de outubro de 1851. O mesmo foi elevado à categoria de cidade em 1882, com denominação de Breves em homenagem a seus fundadores.

Breves está no Sudoeste da Mesorregião do Marajó e tem a extensão de 9.572 km<sup>2</sup>. E o Arquipélago do Marajó possui uma extensão de 40.100 km<sup>2</sup> (Figura 1), seu nome vem do termo indígena “**imbarayo**” que significa “barreira do mar”. Limita-se ao norte com Afuá e Anajás; ao sul com Melgaço; a leste com Anajás, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e a oeste, Melgaço e Gurupá.

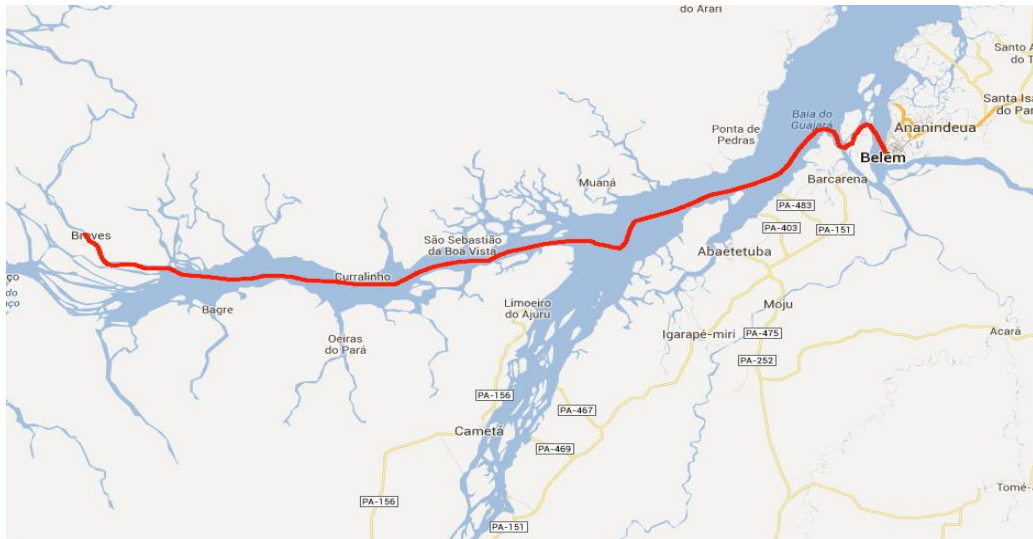
**Figura 1:** Mapa da Mesorregião do Marajó



Fonte: <https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/napt-marajo>

A sede do município situa-se na margem esquerda (sentido baixando) do rio Parauaú, distante 160 km, em linha reta, de Belém, tendo como principal forma de acesso o transporte fluvial com duração média de 12 horas de viagem de Belém até Breves (Figura 2), podendo chegar ao mesmo destino por via aérea em apenas 45 minutos de voo.

**Figura 2:** Trajeto fluvial Belém/Breves



**Fonte:** <https://marsemfim.com.br/?diario-de-bordo=litoral-macapa-ate-belem>

A economia do município baseia-se na pesca artesanal de peixe e camarão, na agricultura, na pecuária (em pequena escala), no comércio e extração de açaí, tanto o fruto quanto o palmito. Destaca-se também no beneficiamento de madeira pelos nativos por meio de pequenas serrarias e em grande escala pelas indústrias exportadoras de madeira para o mercado nacional e internacional. Importante destacar que a maioria dessas empresas de grande porte, tiveram suas atividades interrompidas devido políticas de conservação ambiental. Dessa forma, são raras as que ainda estão em atividade nos dias de hoje.

O acesso terrestre à área rural da terra firme é realizado através de estradas e da vicinal PA 159 – Breves/Anajás, além do caminho por dentro da mata.

Já o acesso às comunidades ribeirinhas é realizado por pequenas e médias embarcações que, dependendo da localidade, encontra dificuldade para navegar entre os furos dos rios marajoaras (Figuras 3 e 4).

Figura 3. Transporte dos ribeirinhos



Figura 4. Transporte dos ribeirinhos



Fonte: <https://odocumento.com.br/ribeirinhos-do-marajo-cortam-os-rios-para-receber-cestas-basicas/>

Breves tem, em seu território, diversos corpos d'água, com uma biodiversidade biológica, fato comum na região Amazônica, o que torna essa parte do Marajó uma região propícia para o estabelecimento de Unidades de Conservação do tipo RESEX. O Extrativismo se constitui como uma das principais atividades econômicas do município, com exceção do extrativismo mineral que não é citado nas literaturas como uma prática típica da região. A divulgação dos benefícios trazidos pelo extrativismo vegetal, como fonte de energia e detentor de importantes nutrientes tem sido um importante incentivo para os produtores ribeirinhos. As atividades econômicas dos extrativistas caracterizam-se pela extração de madeiras, do açaí (fruto e palmito), da borracha, a pesca de peixes, e a produção de produtos agrícolas voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz, etc.).

A economia do município é baseada no extrativismo, destacando-se o açaí, palmito, carvão e madeira (esta última em franca decadência por conta das novas políticas ambientais adotadas pelo país). Na agricultura, destaca-se arroz, milho, mandioca, laranja, banana e limão. Na pecuária, destaca-se gado, búfalo e suínos. Destaque-se que em 2010, a cultura de mandioca foi a que mais contribuiu para o valor da produção agrícola em Breves, seguida pelas culturas de banana e milho. Na criação de animais, a maior contribuição para a produção do município foi da criação de suínos, seguida pela criação de aves, e por último, de bovinos. A produção de madeira processada no ano de 2010 foi de 94,2 mil m<sup>3</sup>, que gerou uma receita bruta de R\$ 76,3 milhões, o que representa 3,67% do total de R\$ 2.076,7 milhões referentes ao estado do Pará (IBGE, 2010).

Dados oficiais apontam para o fato de que o mapeamento fundiário do município mostra que grande parte de seu território ainda está coberto por florestas remanescentes, havendo focos de desmatamento próximos a rios, perímetro urbano e estradas. Breves, assim como os demais municípios presentes no arquipélago de Marajó, é classificado, em toda sua extensão, como

uma Área de Preservação Ambiental (APA), devido à singularidade e riqueza do ambiente a que está inserido. Dentro deste contexto, o município deverá investir no manejo florestal diversificado de baixo impacto - procurando manter o desmatamento monitorado e controlado, priorizando a preservação e recuperação de mananciais e de Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e de Reserva Legal (RL) que estejam degradadas.

### **3. A RESERVA EXTRATIVISTA MAPUÁ**

A Reserva Extrativista Mapuá (RESEX) é uma Unidade de Conservação federal criada por decreto presidencial em 20 de maio de 2005, abrangendo uma área de 94.463 hectares nas margens dos rios Mapuá e Aramã, na porção leste do município de Breves. Ela foi criada com objetivo de garantir meios de vida e a cultura de populações extrativistas tradicionais, assegurando a sustentabilidade dos recursos naturais. Tal reserva vem impactando de forma significativa e positiva na preservação da natureza, bem como na manutenção dos modos de vida tradicionais dos ribeirinhos às margens das ribeiras brevenses.

Os moradores da RESEX Mapuá garantem, através da sua tradicional convivência com a natureza e o uso equilibrado dos recursos naturais em conjunto com os regulamentos legais e acompanhamento pelas entidades de apoio, a preservação das florestas. Assim, é possível dizer que o manejo sustentável das florestas está diretamente vinculado com o desenvolvimento sustentável nas comunidades extrativistas da região, as quais têm o perfil e a posição estratégica para poder evitar a invasão com práticas predatórias. Contudo, este equilíbrio é delicado e o sistema é complexo, tornando-se necessário trabalhar sistematicamente num contexto abrangente que integre os diversos elementos do manejo sustentável da floresta, da agroecologia e do fortalecimento de processos de governança local e participação, associado à geração de renda para as famílias.

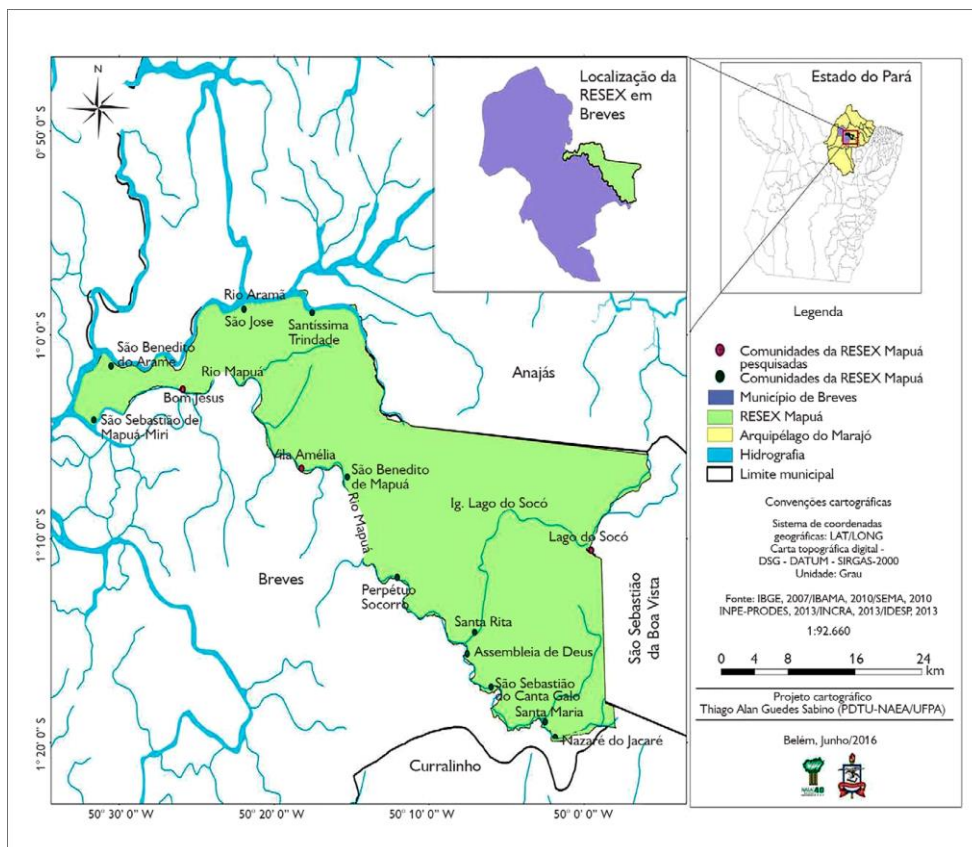
Os rios se constituem como o principal caminho para a locomoção das pessoas para atender todas as suas necessidades. Como exemplo pode-se citar: a) Rio Parauhá: extenso e navegável em todo o seu percurso. Escala quase obrigatória para as embarcações que navegam pelo rio Amazonas. b) Rio Pracaxi: no estreito de Breves, destaca-se como rio de grande profundidade. Localiza-se a 30 minutos de voadeira (lancha motorizada) da sede do município. c) Estreito de Breves: formado por um conjunto de pequenos rios e ilhas. Segundo a tradição popular, os navegadores, ao entrarem no estreito, na região de confluência das águas do Amazonas com o rio Pará, devem atirar às águas uma oferenda para as Divindades que habitam

o fundo dos rios, para que estas permitam uma viagem segura. d) Igarapé Grande: destaca-se por sua coloração escura e transparente pela vegetação de suas margens representadas por plantas aquáticas e palmeiras.

O Rio Mapuá fica localizado a 12 horas de barco a partir da cidade de Breves, constituindo-se um rio estreito, cercado por matas virgens com águas escuras e frias que levam até a comunidade de Cumarú, vila onde se pode visitar o Casarão - construção grande (de dois andares) em madeira acapu, datada de 1945 - construção remanescente do período áureo da borracha em função da demanda do produto pelos aliados durante a 2ª Grande Guerra. A comunidade possui uma escola de nível básico, um pequeno comércio, energia a motor diesel, uma pequena igreja (capelinha) e recepção de televisão via antena parabólica.

As comunidades tradicionais da RESEX Mapuá são: Bom Jesus, Rosa Mística, Aparecida, Vila Amélia, São Benedito do Mapuá, Perpétuo Socorro, Santa Rita, Assembléia de Deus, São Sebastião do Canta Galo, Santa Maria, Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Jacaré, Nossa Senhora de Nazaré do Lago do Socó, São Sebastião do Mapuá Miri, São Benedito do Aramã, São José e Santíssima Trindade. A Figura 5 ilustra a disposição das comunidades e as formas de acesso na RESEX Mapuá.

**Figura 5:** Localização das comunidades da Resex Mapuá.



**Fonte:** Amaral (2016) citado em Jacinto e Barros (2019).

#### 4 A COMUNIDADE BOM JESUS

Neste tópico elencamos os aspectos sociais, econômicas e culturais da comunidade extrativista Bom Jesus que é o meu coletivo de pertencimento. A comunidade Bom Jesus localiza-se à margem direita do rio Mapuá, em Breves, a aproximadamente nove horas de navegação por barco motorizado da sede do município. A comunidade Bom Jesus foi fundada em 21 de dezembro de 1983 pelos irmãos Luiza e Manoel (o Bieca). Inicialmente eram 12 famílias que faziam parte, hoje são 90 famílias que pertencem a mesma. Atualmente moram 80 famílias na área da comunidade, terras do patrimônio da União.

A área da comunidade abrange o ecossistema composto por várzea baixa, intermediária e alta, e igapó. As áreas de várzea são aquelas temporariamente alagadas, ou seja, a água vai e volta. Na várzea baixa e intermediária predominam das palmeiras como açazeiro e buriti, enquanto que na várzea alta, cujo solo é menos influenciado pelas águas das enchentes, onde encontramos as espécies de andiroba, copaíba e seringueira. Já área de igapó é aquela que permanece inundada durante até dois meses, ou seja, durante o inverno em nossa região quase todos os anos. O açazal está no ecossistema de várzea baixa e intermediária, uma vez que são ricas em nutrientes que contribuem para o desenvolvimento do açazal.

A vegetação é formada por uma parcela de floresta de várzea e açazal, em que o solo é bastante úmido. Sua biodiversidade faunística é composta por veados, pacas, cutias, tatus, preguiças, e de peixes como traíra, aracu, acará, jacundá, jiju, entre outros.

As famílias têm como hábito alimentar consumir os produtos procedentes de suas propriedades, tendo como alimentação básica a caça, pesca, açaí e frutas (Figura 6). Para o deslocamento até estas áreas de produção, existem distâncias diferenciadas e são utilizadas canoas e caminhos terrestres.

**Figura 6:** Pesca às margens de terreno várzea com açazeiros.



**Fonte:** a própria Autora (2020).

Na comunidade acontece a festividade do Menino Deus que duram 10 (dez) noites, com bingos, leilões e muita dança organizada pelos comunitários. A festa ao padroeiro Menino Deus é realizada no período de 16 a 25 de dezembro com um número bastante elevado de pessoas que vem de diferentes lugares para essa festa (Figuras 7 e 8). Nesse período é realizada a celebração de acordo com o "noitário" que esteja promovendo o evento sendo que as noites são divididas com as famílias interessadas e todo o dinheiro arrecadado fica na comunidade.

**Figura 7:** Noitada da Festividade.



**Figura 8:** Jovens da comunidade.



**Fonte:** a própria autora (2020).

#### 4.1 O SISTEMA AGROEXTRAVISTA DA COMUNIDADE

As famílias são caracterizadas como agroextrativistas, pois vivem dos cultivos de mandioca e do extrativismo de açaí e palmito (Figura 9) e da pesca de aracú, traíra, jijú, jacundá e tucunaré (Figura 10).

**Figura 9:** Apanhador de açaí.



**Figura 10:** Peixe Tucunaré.



**Fonte:** A própria autora (2020).

As atividades econômicas que geram renda monetária dos extrativistas, baseia-se na coleta de açaí que é feita na safra no período que vai de maio a setembro. Fazem roça durante o verão. Para composição da renda familiar também existem alguns funcionários públicos como: agentes de alimentação e limpeza, professores, barqueiros e alguns idosos aposentados.

As roças são feitas em áreas de capoeira, sendo que primeiro faz a escolha da área, verificando se o solo é adequado, se não é muito baixo e assim não tenha muito água para que não venha danificar o plantio no período das enchentes. Em seguida se inicia a roçagem da vegetação com menor diâmetro e resistência ao corte e de cipós, sempre no mês de maio, e usando ferramentas como a foice e facão. Depois da roçagem, após uns 10 dias, se faz a derruba de árvores maiores. Depois que termina a derruba da vegetação nativa, espera-se secar por aproximadamente por um mês, e então, realiza-se a queima. Logo após ser queimada, encoivara-se a roça, que constitui no processo de amontoar os pedaços de galhos que não foram queimados, e assim, toca-se fogo nos montes encoivarados. Depois da coivara são feitos os plantios. São plantados a mandioca, macaxeira, banana, milho, cana-de-açúcar, jerimum, maxixe, sendo estes os principais tipos de alimentos que temos em nossas roças.

Para plantar a maniva<sup>1</sup> de mandioca e macaxeira retira-as de outra roça. Depois, no dia da plantação corta-as em pedaços de mais ou menos uns 20 a 25 cm, cava uma cova na terra e os enterra, entretanto, não deve colocar muita terra em cima se não ela não nasce. A banana pega uns rizomas de outra touceira de banana; com um terçado cava-se uma cova de mais ou menos uns 40 cm e os coloca na mesma. O milho é colocado de molho durante uma noite, no dia seguinte escorre a água e coloca-o em um recipiente seco, quando o mesmo começar a enraizar é plantado usando uma vara apontada para furar a terra e coloca mais ou menos 04 grãos em cada buraco, o qual não deve ser muito fundo.

Já o Jerimum, o maxixe e a melancia para serem plantados é feito um golpe na terra e coloca 03 sementes dos mesmos e cobre-os com um pouco de terra. O jerimum e o maxixe quando estão maduros são retirados das árvores e comemos cozido e as vezes se faz o doce. A melancia é retirada quando está madura para ser saboreada. Existem diversas variedades de maniva de mandioca, só que a mais utilizada pelos extrativistas da comunidade é a garça e a pecuí. Dependendo do tipo da maniva que for plantado na área, por exemplo a pecuí, é colhida após um ano e dois meses, já a garça a partir dos seis meses é que está madura. As variedades que produzem a curto prazo são o milho, a melancia, o jerimum e o maxixe.

Em relação à caça, os comunitários caçam de acordo com o Plano de Uso da ESEX, sendo os principais: preguiça, tatu, paca, veado e jacaré. As áreas onde praticam esta atividade varia, no caso hoje caça em uma e amanhã em outra, e depende muito da maré, pois, os comunitários caçam nas margens dos igarapés ou por terra, nos caminhos varridos<sup>2</sup>. Os equipamentos que utilizam nas caçadas são: a espingarda, um terçado e o machado as vezes. Todas as caças acima mencionadas são levadas para casa, retirados o couro e os pelos, depois são cozidas, assadas na brasa ou de forno, guisadas e fritas, com temperos da região.

No que diz respeito ao extrativismo vegetal, existem vários frutos que são coletados.

O patauá (*Denocarpus batava* Mart.), para que o fruto seja coletado precisa subir na palmeira do patauazeiro, retira-se o cacho e pode fazer o vinho para beber ou/e retirar o óleo. Para fazer o vinho, coloca o fruto de molho na água quente, em seguida, retira-os da água, lava com água fria e bate e em alguns casos preferem amassado, pois dizem que é melhor. Pode ser consumido acompanhado com carne de caça e farinha. Além de fazer um mingau de farinha e usar o vinho para diluir a farinha ao invés da água.

---

<sup>1</sup> Maniva é galho da mandioca utilizada para reprodução vegetativa da planta.

<sup>2</sup> Caminho varrido são caminhos feitos para se caçar a noite.

O óleo do patauá é usado para fritar peixe. Para extraí-lo deixa-se o vinho azedar de um dia para outro para que a água se separe da massa. Algumas pessoas deixam a vasilha tampada, mas outras preferem deixá-la aberta durante esse tempo. No dia seguinte, essa massa é levada ao fogo para ferver até o óleo aparecer. Também é usado o tipiti para pressionar a massa e tirar o óleo. Segundo os mais velhos só a pessoa que estiver tirando o óleo pode olhar para a panela, caso contrário o óleo desaparece.

A andiroba (*Carapa guianensis* Aublet) é um dos óleos medicinais mais utilizados na região e utilizamos também a casca, a qual é grossa e amarga, tem uso medicinal contra febre, vermes, bactérias e tumores. O óleo é usado como repelente de insetos. Também é um remédio muito utilizado para baques, inchaços, reumatismo, vermes, cicatrizante e recuperação da pele. Porém, é bom tomar cuidado, pois o óleo é tão forte que cicatriza muito rápido e somente por fora.

Para extrair o óleo de andiroba existem muitas maneiras. Uma delas é feita na sombra e chama-se “azeite de tabua”. O óleo que sai desse processo é conhecido como “óleo virgem” porque é bem limpinho, sendo considerado o melhor. Para isso, o processo começa da forma seguinte. Fervem-se as sementes até amolecerem, quebra-se algumas e verifica, usando a unha, se a massa está grossa e oleosa. A unha deve atravessar a massa com facilidade. Retiram-se as sementes da água e deixe no chão, cobertas por folhas verdes, por mais ou menos de 25 a 30 dias. Em seguida, abre-se todas as sementes com uma faca e se retira a massa, amassa e se faz bolinhas com as mãos. Em seguida, coloca-se as bolinhas nas tábuas inclinadas para o chão. Coloca-se um fiozinho de punho de rede no fim da massa inclinada e uma vasilha no chão; assim o óleo que sai da massa cai certinho dentro da vasilha. Necessita-se amassar todos os dias. Depois de 4 a 6 dias, a massa ficará dura e seca. Para obter mais óleo dessa massa, basta colocar as tábuas ao sol.

O pracaxi também é utilizado como óleo medicinal para ferimentos, dores de garganta e segundo o entrevistado extrai-se da mesma forma que o óleo de andiroba.

Na atividade de extrativismo dos açais, para cortar palmito, utiliza-se o terçado e o machado. Para extração de madeira além dos dois acima citados são usados o calango (são duas toras de pau, uma ao lado da outra, jogando a tora da madeira em cima e puxa). Como as áreas são de várzea e igapó, não utilizamos carro e, onde encontramos algumas parcelas de terra firme, fazemos nossas roças.

O açai é coletado durante o dia, sendo que é comercializado somente no período de safra. Cada comunitário tem seu açaisal, sendo que as divisas são feitas por igarapés. As coletas

são feitas por homens, mulheres, jovens fora do período de aula. O palmito só é tirado na área do manejo, onde primeiramente é feita a limpeza pelo corte de estipe nas touceiras, depois a derrubada de árvores que prejudicam o desenvolvimento dos estipes, e em seguida, retira-se as árvores altas, corta o palmito e vende a cabeça do palmito por cinquenta centavos. Esta atividade é realizada somente pelos homens.

Para extrair a madeira, os comunitários vão para o "mato" (mata) roçar o caminho, depois estiva com árvores finas que estão próximas ao caminho. Para realizar as próximas etapas das atividades são trocados dias de trabalho com os vizinhos e irmãos. Assim, realizam o que se chama de "convidado", no qual os irmãos e vizinhos, com os quais trocam dias, vêm retribuir o trabalho, sendo que as despesas é toda por conta do dono do convidado.

No dia do convidado, as pessoas derrubam as árvores, a cortam em toras no comprimento desejado e colocam na água para transportá-la. Em seguida o dono do convidado tira a madeira para a beira do rio e vende. As madeiras que os comunitários vendem e seus respectivos preços são: cupiúba - R\$ 90,00 (noventa reais) o metro; quaruba – R\$ 80,00 (oitenta reais) o metro e sucupira – R\$ 100,00 (cem reais) o metro. Todas em toras, porque as serrarias não estão funcionando. Na extração de madeira e para tirar palmito, os objetos e equipamentos utilizados são: machado, terçado e bota. Para colher açaí são usados a peconha, o terçado, o paneiro e a saca para colocar o açaí.

A pesca é praticada de diferentes modos, principalmente pelo uso do pari, com linha de mão e o cambão (linha para pegar peixe maior composto por um ou vários anzóis).

O “pari” é um material feito de tala de arumã e cipó para tapar um igarapé, quando a água está cheia. Para despescar não precisa colocar veneno, basta você esperar a água secar, ir no igarapé, descer na lama e juntar os peixes.

Para a atividade de pesca utiliza-se também o anzol de vários números (tamanhos), pois é conforme o tamanho e o tipo de peixe que pretende pegar. Os peixes grandes como filhote, dourada e pirarara são pegos de tiradeira (é uma linha grossa e comprida de 12 a 20 anzóis que é iscada com peixes pequenos e amarrada no galho da árvore às margens do rio).

Os principais peixes pescados com linha de mão ou caniço (vara de pesca) são: cará, jiju, traíra, jacundá e piramutaba. Além dessas formas também há a piraqueira, onde a pessoa sai à noite para matar peixe na beira do rio, só quando a maré está baixa. Onde mata-se traíra, jiju, tucunaré e aruanã, entre outros.

Utiliza-se também o puçá (é um balaio feito de linha) e uma vara com um maço de pena na ponta para atrair os peixes. Para pegar peixe com esses materiais você precisa ser rápido,

porque a pessoa tem que riscar na água a vara com o maço de pena, então o peixe pensa que é comida que está caindo na água e corre atrás, nessa hora você tem que aproveitar para meter o puçá por baixo e pegá-lo.

Outro material é o cambão (linha de meio metro de comprimento e um anzol na ponta), que a pessoa isca e afinca na beira do rio e deixa por conta dos peixes e na hora que der fome ele vai comer e fica fisgado, então na hora que você vai olhar, é só retirá-los. O cambão é deixado amarrado na beira do rio, para pegar filhote e pirarara.

Temos também o maçará (um pau furado) que é deixado mais ou menos uns 15 cm acima da lama, pega-se um pedaço de peixe e amarra na linha, depois joga para dentro do maçara. O peixe entra por baixo e quando ele puxa na isca ele cai em cima dele então ele fica preso. A zagaia (uma vara leve com três pedaços de ferro na ponta com figas bem afiadas) que é usada para matar peixe na beira do rio e nos igarapés.

As comunidades tradicionais possuem uma longa tradição de uso da floresta com habilidades, práticas e conhecimentos necessários para garantir o manejo de seus recursos. As pessoas da comunidade Bom Jesus em sua atividade produtiva do corte de palmito, só retira as árvores mais altas, no período que acaba a safra do açaí. Em relação à madeira, apenas são extraídas as árvores mais grossas, durante o inverno quando a água nos igarapés está grande e isso facilita no processo da retirada da madeira. Já o açaí é tirado todos os dias. Na plantação da roça apenas pessoas que saibam plantar devem desenvolver esta etapa e só no período da lua escura, senão ao nascer, os insetos comem toda a maniva. As mulheres da comunidade não cortam palmito, nem trabalham na extração do palmito, mas tiram açaí e plantam as roças.

Nos dias santos ninguém trabalha porque é uma tradição antiga, por exemplo, São Tomé é o protetor dos roceiros e muitas pessoas deixavam para plantar suas roças no dia do santo, o qual levavam ele para o meio da roça, colocavam em cima de um toco com o olhar na direção que estavam plantando, para que ele intercedesse e desse uma boa produção. Hoje em dia trabalhamos por lua e as sementes que dão grãos nunca devem ser plantadas no luar, porque dá uns fungos e a produção estraga. Já as plantas que tem olho<sup>3</sup> como a maniva, a cana e a banana são muito boas plantar no dia de Santa Luzia, a protetora dos olhos.

Segundo os tabus dos comunitários, quando as mulheres estão menstruadas não podem ir à roça ou pegar em qualquer plantação, senão as plantas morrem. Além disso, quando uma pessoa da família morre, nenhum de seus familiares podem ir à roça ou pegar em plantas, porque dá cupim que comem as plantas e elas acabam morrendo.

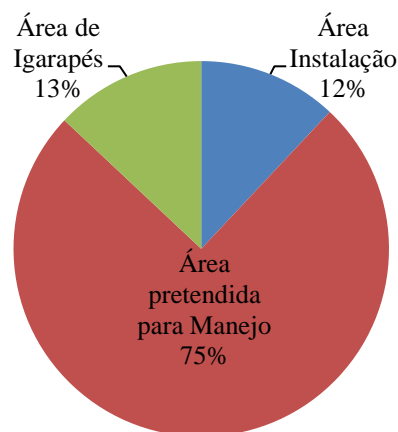
---

<sup>3</sup> Olho ou gema lateral que fica na axila dos nós no caule; responsável pela propagação vegetativa da espécie.

Em relação as discordâncias entre os comunitários quanto às boas e más práticas produtivas, pode-se dizer que a maioria dos comunitários aceita as regras do plano de uso da reserva. Acredita-se que isso depende de mais um tempo para que todos tenham informações suficientes e possam conscientizar-se que certas práticas prejudicam o meio ambiente. Os que não praticam as regras do Plano de Uso da reserva argumentam que o governo não dá condições para o mesmo manter-se e, assim, como vão seguir certas regras? As práticas que comunitários consideram incorretas são a de soltar veneno como o cunambi e o timbó<sup>4</sup> nos igarapés para pegar peixe, só que hoje não se pratica mais, devido à pressão severa dos comunitários que não praticavam e eram prejudicados.

De acordo com o croqui dos 15 hectares das famílias que participam do Plano de Ação, o açaizal nativo está em uma área de dimensão de 4,5 hectares, representando 75% do total da área, sendo propícia para implantação do manejo. As áreas que os igarapés ocupam são de 0,6 hectares, representando 13% da área. As instalações ocupam uma área de 0,4 hectares, correspondendo a 12% e nesta encontra-se a casa da família. Segue abaixo o grafico que demonstra os percentuais de cobertura vegetal dos potenciais da unidade familiar (Figura 11).

**Figura 11.** Representação dos quinze hectares das famílias que participam do manejo de açaizal



## 5. JUSTIFICATIVA

Na sociedade de modo geral nada acontece por acaso, se não nos unirmos e organizarmos dificilmente conseguiremos superar as barreiras impostas pelo sistema capitalista do mercado globalizado, onde o dinheiro é mais valorizado que o bem-estar humano.

<sup>4</sup> Espécie de cipó composto por uma substância que, disposta na água, tem efeito entorpecente nos peixes.

A existência do açaí aos longos dos anos tem contribuído expressivamente com a nossa dieta, sendo consumido em forma de vinho (suco ou polpa) e como prato principal acompanhado de farinha d'água; das sementes produzimos biojoias e adubos; da palha, peconhas ou artesanatos para ornamentação; do estipe construímos pontes, galinheiros e currais para criação de porcos; do chá da raiz, diversos fármacos; do palmito, complemento da soberania alimentar.

Assim sendo, esses pontos podem ser tomados como metas ideais do plano de ação ora propostas para a comunidade extrativista Bom Jesus, como um trabalho de Etnodesenvolvimento. Para a coletividade extrativista, Etnodesenvolvimento significa construir e reconstruir os territórios; a valorização cultural; a troca de saberes, ações de fortalecimento das tradições, respeito a diversidade dos povos; lutas por direitos; e autonomia e autodeterminação do coletivo. Além disso, surge para contrapor e criar armas de resistência ao etnocídio.

Desse modo, o plano de ação apresentado, é para a preservação do açaizal e organização da comercialização da produção do açaí, considerado como mais apropriado para Amazônia. Busca-se solucionar o problema de venda da produção, mantendo a relação com a natureza o mais equilibrado possível, assim podendo ter sua própria autonomia e independência. Porém, este modelo enfrenta muitas limitações como a ausência de utilização de instrumentos de gestão e a competição desorganizada no mercado.

Buscar-se-á mostrar a relação da comunidade com o território e as cosmologias do lugar, os quais são marcadores que entrelaçam elementos culturais de nosso coletivo, no desenvolver das práticas de organizações de saberes e conhecimentos, estes, passados de geração a geração. Propõe-se uma autonomia para os comunitários por meio das práticas de manejo realizadas pelo coletivo.

Hoje o açaí é chamado de ouro preto dos paraenses ou de maná da Amazônia (Figura 12). Este fruto vem de uma palmeira (*Euterpe oleácea*) chamada de açazeiro, e desta praticamente nada se perde. É uma palmeira que tem multiplicidade de usos. De seus frutos, como já vimos, é extraído um suco altamente energético, muito consumido pela população paraense, mas que, atualmente grande parte de sua produção vem sendo exportada para os estados do Sul e Sudeste do nosso país, bem para o Nordeste e mais recentemente para os Estados Unidos. O palmito, muito elogiado pela sua leveza, é quase todo exportado, sendo que 95% de todo o palmito extraído no Brasil provém do açazeiro, sendo o Pará o principal produtor nacional (Figura 13).

**Figura 12:** Fruto do Açaí.**Figura 13:** Palmito extraído.

Fote: própria autora (2020).

A demanda do fruto vem crescendo nos últimos 40 anos. Além de contribuir para cultura e hábitos alimentares, o fruto do açaí ainda é um alimento acessível às pessoas de baixa renda. O “vinho” do açaí é rico em cálcio, ferro, fósforo e vitamina B1. O nível de vitamina A no açaí é bem maior que em outros frutos tropicais, cem gramas de polpa de açaí contem 2 gramas de proteína; 12,2 gramas de lipídios; 11,8 miligramas de ferro; 0,36 de vitamina B1 e 9 miligramas de vitamina C. o nível de proteína do açaí é semelhante ao do leite de gado.

O plano ora proposto vai considerar experiências existentes na comunidade, como por exemplo a propriedade do senhor Adimilson Barbosa que realiza todas as etapas recomendadas para o manejo, acrescentando um projeto de manejo de gestão, produzindo na mesma área fruto e palmito de forma ecológica.

Outras ações a serem desenvolvidas são de uma parceria com 10 extrativistas que possuem autorização para execução do manejo de açaizal e comercialização coletiva através da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá e da Cooperativa, com as mesmas estamos agregando valor aos produtos e ganhando novos mercados para não dar lugar aos atravessadores.

Assim, busca-se construir um melhor sistema para comercializar o açaí e tenha um desenvolvimento com visão territorial, participativa, integrada, sustentável (socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto) que faça vermos o campo não apenas como lugar de produção econômica, mas como lugar de vida digna e que as experiências sirvam para outras famílias usufruírem do resultado.

## **6. OBJETIVOS**

### **6.1 Objetivo geral**

Realizar o manejo de açazal nativo na comunidade Bom Jesus para organizar a comercialização da produção do açáí e palmito visando a autonomia de venda.

### **6.2 Objetivos específicos:**

- a. Realizar o planejamento do manejo visando coletar o fruto e o palmito de açáí em uma mesma área;
- b. Melhorar a produção, a renda e a qualidade dos produtos, possibilitando ter produção no período de safra e entressafra;
- c. Trabalhar a possibilidade de fazer a comercialização através de grupos organizados como a cooperativa ou associações;
- d. Divulgar os resultados alcançados por experiências exitosas.

## **7. METAS**

- a. Firmar parcerias com a Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá (AMOREMA), a Cooperativa (COAMA) e o Instituto de Conservação da Biodiversidade ICMBio) e a Universidade Federal do Pará (UFPA);
- b. Mapear as propriedades das 05 famílias envolvidas no presente plano de ação, de modo a qualificar o potencial de produção do açáí durante os períodos de safra e entressafra;
- c. Realização de duas oficinas com os moradores da comunidade;
- d. Identificação das áreas a serem manejadas;
- e. Manejar 05 áreas de açazal nativo das 05 famílias da comunidade Bom Jesus.
- f. Organização da comercialização em mercados justos;
- g. Avaliação junto à comunidade e produção de um relatório ao final do plano de ação.

## **8. METODOLOGIA**

Para entender melhor como se dá a relação dos comunitários com o meio em que vivem, fora realizado um levantamento nas áreas das 05 (cinco) famílias, que estão envolvidas no projeto identificando quais práticas utilizam para realizar o manejo. Dentre as pessoas

entrevistadas estão os comunitários mais velhos que realizam e indicam as práticas de manejo aos mais jovens.

O plano de ação está sendo realizado por etapas, as quais estão divididas pelas seguintes atividades: levantamento de dados, realização de oficinas, identificação das áreas a serem manejadas, manejo de 05 (cinco) áreas de açazal nativo dos participantes, organização em mercados justos e avaliação junto à comunidade. Nesse sentido, descrever-se-á a seguir como as atividades dentro das respectivas metas foram ou estão sendo desenvolvidas.

### 8.1 MANEJO DO AÇAIZAL

O manejo dos açazais será desenvolvido pelas famílias em suas propriedades, com o tempo de duração indeterminado. No entanto, serão definidas as atividades de manejo por três anos.

As atividades a serem desenvolvidas no primeiro ano seguem assim descritas:

- a. Demarcação da área;
- b. Limpeza da área;
- c. Inventário;
- d. Desbastes das touceiras;
- e. Anelamento;
- f. Extração de palmito;
- g. Colheita de açai;
- h. Comercialização dos produtos.

No segundo ano de implantação será desenvolvida as seguintes atividades:

- a. Roçagem anual da área;
- b. Extração de palmito;
- c. Colheita de açai;
- d. Comercialização dos produtos.

No terceiro ano de implantação as atividades a serem desenvolvidas serão as seguintes:

- a. Roçagem anual da área;
- b. Desbastes das touceiras;
- c. Extração de palmitos;
- d. Colheita do açai;
- e. Comercialização dos produtos.

Já no quarto ano de implantação teremos as seguintes atividades:

- a. Roçagem anual da área;
- b. Desbastes das touceiras;
- c. Extração de palmito;
- d. Colheita de açaí;
- e. Comercialização dos produtos.

Quando o projeto chegar ao quinto ano de implantação ainda teremos as seguintes atividades:

- a. Roçagem anual da área;
- b. Desbastes das touceiras
- c. Extração de palmito;
- d. Colheita de açaí;
- e. Comercialização dos produtos.

As atividades citadas acima (Figuras 14, 15 e 16) de todos os 05 cinco anos de desenvolvimento do projeto, obedecerão aos cronogramas de desembolso, execução e o recurso para o mesmo que vem 70% da família e 30% de empréstimo de banco estatal via PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), da linha investimentos. O desenvolvimento desta ação vai considerar os três eixos de desenvolvimento: socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto.

O manejo de cinco áreas já foi iniciado, sendo que foram demarcadas as áreas, assim como foi realizada a primeira roçagem e o desbaste de algumas touceiras, conforme visualizado nas Figuras 14, 15 e 16.

**Figura 14:** Demarcação da Área.



**Figura 15:** Limpeza e Desbaste das Touceiras.



**Figura 16:** Comercialização do Açaí



**Fonte:** a própria autora (2020)

## 8.2 REUNIÕES DE PLANEJAMENTO

A proposta de parceria com a AMOREMA e a COAMA será para que as mesmas sejam um instrumento de fortalecimento de parcerias com outras instituições, além de participarem como parceiros nas atividades do projeto.

Para alcançar esta meta nos reuniremos com a associação e a cooperativa da reserva Mapuá para buscarmos mercados justos. Sendo que a primeira reunião já aconteceu (Figura 17). No mês de junho de 2019 tivemos o primeiro contato com o presidente da AMOREMA, da COAMA e os extrativistas envolvidos no processo. Juntos vamos tentar acessar o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

Vamos reunir novamente no início da safra do açaí para que a COAMA compre a produção do açaí com um valor mais alto que dos atravessadores.

A avaliação será feita junto à comunidade ao final do plano de ação, com a construção do relatório final do plano de ação, a partir das metas alcançadas e será apresentado para a comunidade.

**Figura 17:** Reunião



**Fonte** A própria autora (2019).

### 8.3 REUNIÕES SOBRE PRÁTICAS E SABERES

Neste trabalho mostra-se a importância da nossa participação enquanto Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais nos processos de ensino - aprendizagem, a possibilidade de acesso a diferentes conhecimentos e a promoção da interação entre os saberes científicos e não científicos, resultam em ações que nos oferecem condições de participação e diálogo contra hegemônico, reflexões entre as ecologias de saberes. Para Santos (2010), na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós- abissal, a busca pelo reconhecimento dos nossos saberes populares não implica no decréscimo do conhecimento científico, apenas trata que todos os conhecimentos possuem seus limites internos e externos, portanto, há entre eles interações e interdependências. Ao tratar do processo de ensino e aprendizagem como mecanismo de empoderamento das classes sociais, Santos (2010) apresenta a seguinte reflexão:

No contexto da ecologia de saberes, deve formular-se assim: deve dar-se a preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção (SANTOS, 2010, p. 60).

Ao tratar sobre as resistências das classes populares, Almeida (2004), cita que as resistências cotidianas impressas nas formas locais são estratégias de gestão territorial desenvolvidas pelo próprio coletivo que, marcados por ações de caráter político, expressam as suas reivindicações e criam unidades de mobilizações. Ao completar esse raciocínio, Paulo Freire (1996), trata da capacidade de ensinar e aprender, sendo ambas, etapas importantes para o desenvolvimento humano.

As duas oficinas já foram realizadas no centro comunitário da comunidade Bom Jesus e contou com a participação de muitos comunitários com o objetivo de fortalecer a finalidade do plano de ação.

A primeira oficina foi realizada no início do mês de março de 2019 no centro comunitário da comunidade e contou com a participação do Sr. Adimilson Rodrigues Barbosa, o qual compartilhou sua experiência de manejo em uma de suas áreas de açazais (Figura 18, 19 e 20).

A segunda oficina de diálogos e troca de saberes, ocorreu no fim do mês de março de 2019, com o objetivo de fortalecer as práticas de manejo do nosso coletivo.

**Figuras 18.** Oficina sobre práticas

**19:** Oficina sobre práticas



Fonte: a própria autora (2019).

**Figura 20:** Oficina



Fonte: a própria autora (2019).

## 9. CRONOGRAMA

| Atividades                                | 2019 |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|---|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
|   | Jan  | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Realização de duas oficinas               |      |     | X   |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Identificação das áreas                   |      |     |     | X   |     |     |     |     |     |     |     |     |
| Manejo das 05 áreas                       |      |     |     |     | X   |     |     |     | X   | X   |     |     |
| Firmar parcerias                          |      |     |     |     |     | X   |     |     |     |     |     |     |
| Organização da comercialização no mercado |      |     |     |     | X   | X   | X   | X   |     |     |     |     |
| Avaliação do relatório final              |      |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     | X   |

## 10. RECURSOS NECESSÁRIOS E FONTES

Buscamos ter como parceria a UFPA, a AMOREMA e a COAMA. As famílias vão desenvolver o plano ora proposto arcando com 70% das despesas e 30% tentaremos acessar ao PRONAF.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As várias formas de se estabelecer um vínculo com o que a natureza é capaz de nos proporcionar, vai muito além dos nossos limites enquanto seres que dependem diretamente de tudo o que ela produz e possibilita produzir. Esse é o verdadeiro aprendizado em termos de consciência. E levar as pessoas a terem essa experiência é, naturalmente, elevar-nos a um grau de importância dentro da sociedade como um todo. Há um estigma, ainda por suprimir, transformar, readequar: a visão distorcida das comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Sabe-se que para a implantação de projetos com a magnitude que engloba o plano de ação aqui proposto e que torná-lo passível de implementação em sua totalidade, requer esforço, dedicação ante aos desafios que são inevitáveis. Porém, uma boa dose de diálogo, compartilhamento e principalmente a escuta das opiniões, é imprescindível para que se tenha êxito.

Assim, transformar a realidade da comunidade de pertença de cada integrante, de cada família, é a principal mudança que o curso de Etnodesenvolvimento instigou ainda mais dentro dessa perspectiva. Evidentemente que há outras visões mais nítidas e claras a respeito das transformações que o curso causou, em geral, na percepção do mundo ao redor, relativamente causada pelo conhecimento apreendido nas atividades desenvolvidas dentro e fora comunidade de pertença; inesgotável na forma de se buscar saberes antes inexploráveis, ao passo que as fronteiras se romperam diante do desejo de buscar o melhor para as famílias.

Dentre todas as contribuições do curso, a de levar esse conhecimento, e perpetuar no tempo, para que outros tenham contato com esses aprendizados e ensinamentos, é a maior que se pode evidenciar. Na esperança de que todos tenham as mesmas possibilidades de transformar a sua realidade, tendo, para tanto, como fomento, alicerce, a educação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 6, n. 1, maio, 2004.
- AMOREMA (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá), “**Plano de utilização da Resex Mapuá.**” De 27 de maio a 17 de agosto de 2008.
- AZANHA, Gilberto. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil.** Disponível em: <http://laced4.hospedagemdesites.ws/arquivos/02-Etnodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.
- BATISTA, Katharine Tavares. **Avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas familiares agroextrativistas de açaizeiros na região das ilhas do município de Cametá, Pará.** Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, UFPA, (NEAF/Embrapa), Belém, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.
- CARNEIRO, Sueli. **A questão dos direitos humanos e o combate às desigualdades: discriminação e violência.** 31 de agosto de 2010.
- CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** ISSN 1516-9111, ed. NAEA - 092, Belém, maio de 1998.
- EMBRAPA AMAZÔNIA OCIDENTAL. Portal Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/napt-marajo>. Acesso em: 16 de ago. de 2021.
- FRANCO, Maria A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JACINTO, Felipe. de O., BARROS, Flávio. Sorte, dinheiro, amor...: o que os ‘animais’ da Amazônia podem fazer por nós, ‘humanos’? **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum. 14 (3), Sep-Dec, 2019 Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337728476\\_Sorte\\_dinheiro\\_amor\\_o\\_que\\_os\\_%27animais%27\\_da\\_Amazonia\\_podem\\_fazer\\_por\\_nos\\_%27humanos%27/figures?lo=1](https://www.researchgate.net/publication/337728476_Sorte_dinheiro_amor_o_que_os_%27animais%27_da_Amazonia_podem_fazer_por_nos_%27humanos%27/figures?lo=1). Acesso em: 17 de set. de 2021.
- Litoral de Macapá até Belém, mangue, mata e pobreza.** Mar sem Fim. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/?diario-de-bordo=litoral-macapa-ate-belem>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.
- MEDEIROS, Monique. Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local: contributos para um debate teórico. **Ambiência Guarapuava (PR)**. v.7, n.1, p.165 – 177, jan./abr., 2011.

MOCHIUTTI, Silas; QUEIROZ, J. A. L.; YOKOMIZO, G. K.; FREITAS, J. L.; NETO, J. T. F.; KOURI, J.; FERNANDES, A. V.; MALCHER, E. S. L. T. **Manejo e Cultivo de Açaizais para Produção de Frutos**. Porto Seguro – BA, 23 – 26 de out. de 2000.

NETO, Manuel Almeida Amaral. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: análise da participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – UFPA, Embrapa. Belém, 2002.

NOGUEIRA, Oscar Lameira. **Estrutura e dinâmica populacional de açaizais nativos de várzea na região do baixo Tocantins, estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 21 p. Boletim de Pesquisa nº 15. ISSN 151 7-2228, dezembro, 1999.

QUEIROZ, Antônio Leite de; MOCHIUTTI, Silas. **Manejo de Mínimo Impacto para Produção de Frutos em Açaizais Nativos no Estuário Amazônico**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Comunicado Técnico 57, ISSN 1517-4077 Macapá-AP, novembro 2001.

**Ribeirinho do Marajó cortam os rios para receber cestas básicas**. Documento. Disponível em: <https://odocumento.com.br/ribeirinhos-do-marajo-cortam-os-rios-para-receber-cestas-basicas/>. Acesso em: 15 de ago. de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Editora Cortez, Impresso no Brasil- abril de 2010.

SILVA, Vanilce Gomes. **I Relatório do Tempo Comunidade**. Soure: UFPA/Curso de Licenciatura em Etnodesenvolvimento, 2016.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2015.

UFPA. **Projeto político pedagógico do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento**. Altamira: FACETNO/UFPA. 2008.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento: NOVA/VELHA UTOPIA DO INDIGENISMO**. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC da Universidade de Brasília. Brasília, DF, fevereiro de 2006.